

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Bianca Machado

**REAÇÕES ECONÔMICAS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS À PANDEMIA DO
NOVO CORONAVÍRUS**

Florianópolis
2022

Bianca Machado

**REAÇÕES ECONÔMICAS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS À PANDEMIA DO
NOVO CORONAVÍRUS**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro Sócio-econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Alcindo Cipriano Argolo Mendes, Dr Coorientador: Profa. Paula de Souza Michelin, Dra.

Florianópolis
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Machado, Bianca

Reações econômicas de Micro e Pequenas Empresas da Região Metropolitana de Florianópolis à Pandemia do Novo Coronavírus / Bianca Machado ; orientador, Alcindo Cipriano Argolo Mendes, coorientador, Paula de Souza Michelon, 2022.

37 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Ciências Contábeis, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Contábeis. 2. Pandemia. 3. Coronavírus. 4. Micro e Pequenas Empresas. I. Cipriano Argolo Mendes, Alcindo. II. de Souza Michelon, Paula. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Contábeis. IV. Título.

Bianca Machado

**REAÇÕES ECONÔMICAS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS À PANDEMIA DO
NOVO CORONAVÍRUS**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis.

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2022.

Prof. Roque Brinckmann, Dr.
Coordenador do TCC

Banca Examinadora:

Prof. Alcindo Cipriano Argolo Mendes, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Rogério João Lunkes, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Paula de Souza Michelin, Dra.
Avaliadora
Instituto Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado aos meus colegas de classe e aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e familiares, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho e por estarem ao meu lado a todo o momento.

Ao Prof. Dr. Alcindo Cipriano Argolo Mendes, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação, e a coorientadora Paula de Souza Michelin por toda a ajuda, correções e paciência no decorrer do desenvolvimento do trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina, essencial no meu processo de formação profissional e por todo aprendizado adquirido ao longo dos anos do curso.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo verificar como as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) da Região Metropolitana de Florianópolis estão reagindo economicamente na situação provocada pelo novo coronavírus. Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário enviado a gestores de 150 empresas, com retorno de 43 respostas. Foram formuladas 31 questões com base na pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) sobre as ações que estas adotaram com o surgimento da pandemia. A estatística descritiva com abordagem quantitativa foi aplicada sobre os resultados, visando melhorar a base das discussões. Os resultados encontrados mostram que as MPEs participantes da pesquisa foram afetadas economicamente, sobretudo no que se refere à redução no lucro e ao aumento dos custos. Para mitigar os efeitos econômicos, as empresas optaram por utilizar as medidas emergenciais disponibilizadas pelo governo, como a antecipação de férias, redução da carga horária dos funcionários, atraso de impostos e suspensão do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, como forma de dar continuidade a atividade empresarial, houve aumento no índice de utilização do *home office*. Este estudo contribui para as discussões sobre MPE, podendo servir de base para novas pesquisas sobre o tema e ajudar na compreensão sobre a reação em momento de crise. Ademais, traz contribuições práticas para auxiliar gestores no entendimento das principais perspectivas desencadeadas por uma crise econômica, bem como seus impactos.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas; Coronavírus; Pandemia.

ABSTRACT

This work aims to verify how Micro and Small Businesses (MSEs) in the Metropolitan Region of Florianópolis are reacting economically in the situation caused by the new coronavirus. Data were collected through the application of a questionnaire sent to managers of 150 companies, with feedback from 43 answers. Thirty-one questions were formulated based on a survey carried out by the Brazilian Support Service for Micro and Small Enterprises (SEBRAE) on the actions they took with the emergence of the pandemic. Descriptive statistics with a quantitative approach was applied to the results, aiming to improve the basis for discussions. The results found show that the MSEs participating in the research were economically affected, especially with regard to the reduction in profit and the increase in costs. To mitigate the economic effects, the companies chose to use the emergency measures made available by the government, such as early vacations, reducing the workload of employees, delaying taxes and suspending payment of the Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) and, as a way to continue business activity, there was an increase in the rate of use of the home office. This study contributes to discussions about MSEs and can serve as a basis for further research on the subject and help in understanding the reaction in times of crisis. Furthermore, it brings practical contributions to assist managers in understanding the main perspectives triggered by an economic crisis, as well as its impacts.

Keywords: Micro and Small Businesses; Coronavirus; Pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Causas de redução no lucro das MPEs	24
Figura 2 - Aumento das despesas nas MPEs	25
Figura 3 - Medidas emergenciais adotadas pelas MPEs.....	26
Figura 4 - Áreas com maiores dificuldades	27
Figura 5 - Utilização da modalidade remota após a crise	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Definição de porte de estabelecimentos segundo o número de empregados.....	16
Tabela 2 - Tempo de suspensão das atividade.....	23
Tabela 3 - Redução no lucro e queda no faturamento.....	24
Tabela 4 - Realização da modalidade remota.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas
Empresas

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PIB Produto Interno Bruto

BNDES Banco Nacional do
Desenvolvimento

FGTS Fundo de Garantia do Tempo de
Serviço

ME Microempresas

EPP Empresas de Pequeno Porte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Objetivos.....	14
1.1.1	Objetivo Geral.....	14
1.1.2	Objetivos Específicos.....	14
1.2	Justificativa.....	14
1.3	Contribuições.....	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	Micro e Pequenas empresas.....	16
2.2	Crise de Saúde Pública.....	17
2.3	Medidas Emergenciais Decretadas.....	18
2.4	Dificuldades e Adaptações em Meio a Pandemia.....	19
3	METODOLOGIA.....	21
4	RESULTADOS.....	22
4.1	Apresentação dos Resultados.....	22
4.2	Discussão de Resultados.....	29
5	CONCLUSÃO.....	30
	REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020 o mundo foi atingido por uma pandemia causada pelo novo coronavírus (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Tal acontecimento provocou um cenário de crise econômica no Brasil devido ao isolamento social, estabelecidos como tentativa de minimizar os danos causados à saúde da população e ao sistema de saúde pública do País. O ocorrido forçou as empresas a repensarem suas estratégias gerenciais e a buscarem formas para se adaptarem a essa conjuntura.

Crises de saúde ocorridas em anos anteriores afetaram o Produto Interno Bruto (PIB) mundial e provocaram impactos diversos por anos (MEDICI, 2020). Mesmo com experiências já vivenciadas em outras epidemias, a nova doença traz impactos econômicos sem precedentes, sobretudo às Micros e Pequenas Empresas (MPEs). Segundo o Sebrae (2020), mais de 500 mil MPEs já fecharam durante a pandemia. Também é destacado pelo Sebrae que muitas destas já se encontravam em situação financeira frágil, e uma das principais dificuldades foi em replanejar e tomar decisões rapidamente, o que causou menor poder de reação no momento da pandemia.

A quantidade de MPEs corresponde a cerca de 99% do total de estabelecimentos que atuam no Brasil, sendo uma importante fonte de renda para microempresários (SEBRAE, 2018). A atuação delas na economia assegura a livre concorrência, que em consequência garante menores preços e maior qualidade. Com a atividade econômica reduzida, gera impacto direto no consumo e na concorrência, fazendo com que esta garantia se fragilize. Além disso, as MPEs possuem um potencial de sobrevivência menor do que as médias e grandes empresas, absorvendo, portanto, uma consequência de maior relevância em uma crise (SANTOS, 2020).

Devido às dificuldades em permanecer atuantes no mercado, o governo criou medidas para reduzir o impacto causado nas MPEs. As empresas, por sua vez, poderiam utilizar novos métodos de trabalho para se ajustarem às mudanças ocorridas em consequência da crise. Um exemplo a ser citado é o trabalho remoto (*home office*), que além de trazer maior segurança aos colaboradores, pode ser uma nova tendência pós pandemia, como uma das possíveis evoluções tecnológicas, sendo capaz de realizar as atividades em casa ou em qualquer ambiente, dispondo de tecnologia necessária para a execução.

Quanto às medidas, foi possibilitada a redução na carga horária de trabalho pela

metade, acompanhada de redução proporcional do salário, conforme publicação do Decreto n. 10.470/20 de 24 de agosto de 2020, a facilitação para operações de crédito conforme Medida Provisória n. 958 de 24 de abril de 2020, além de muitas outras medidas com intuito de ajudar os pequenos negócios a sobreviverem à crise (BRASIL, 2020a; 2020b).

A região Metropolitana de Florianópolis é um importante polo comercial de MPE no estado de Santa Catarina. A cidade de Florianópolis possui uma população estimada de 508.826 pessoas, de acordo com dados do IBGE (2020). Durante o período de pandemia, a região foi severamente atingida pela crise devido às dificuldades de implementação das regras sanitárias. Com restrições ao turismo, do qual possuía intenso movimento, a cidade de Florianópolis – considerada capital turística do Mercosul – teve seu comércio fortemente impactado (PMF, 2020). Dessa forma, esta pesquisa possui como objetivo verificar como as Micro e Pequenas Empresas da Região Metropolitana de Florianópolis reagiram economicamente na atual situação provocada pelo novo coronavírus.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

A pesquisa tem como objetivo geral verificar como as Micro e Pequenas Empresas da Região Metropolitana de Florianópolis reagiram economicamente na atual situação provocada pelo novo coronavírus.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Expor os principais impactos econômicos enfrentados pelas MPE participantes da pesquisa;
- Apresentar quais medidas emergenciais foram utilizadas;
- Verificar a utilização de serviços em *home office* durante e após a pandemia;
- Identificar a utilização de assessoria contábil no momento de crise.

1.2 JUSTIFICATIVAS

O trabalho se justifica pela importância das MPEs para a economia do Brasil, bem

como a escassez de estudos referentes ao tema no momento da pesquisa, por se tratar de um assunto atual. Estudos anteriores destacaram o coronavírus como uma crise de saúde pública que afeta de forma relevante as MPEs devido a utilização do modelo tradicional de comercialização (SALOMÉ *et al.*, 2021), e as fragilidades existente nessas empresas, sendo as principais: análise insuficiente ou superficial na escolha inicial de uma linha de negócios, capital insuficiente e capacidade de gestão moderada (SILVA, 2021).

Devido a essa afetação, os entes estatais necessitaram adotar meios de proporcionar aos micro e pequenos empresários a superação da crise, já que o número de falência das empresas tende a crescer, acarretando o efeito cascata na economia, na geração de empregos e no desenvolvimento socioeconômico nacional (COELHO, 2021).

Ademais, o *home office* passou a possuir papel relevante nas empresas como forma de continuidade operacional devido as dificuldades advindas do isolamento social utilizado como forma de redução da contaminação pelo vírus, apresentando aderência por muitas empresas e tornando-se uma nova tendência.

Dado exposto, a pesquisa busca verificar os impactos econômicos nas MPE da Região Metropolitana de Florianópolis, considerando seu importante polo comercial, bem como apresentar se as medidas emergenciais disponibilizadas foram desfrutadas, assim como a utilização do *home office* durante e após a pandemia.

1.3 CONTRIBUIÇÕES

Este estudo contribui com as discussões sobre MPEs, pode servir de base para novas pesquisas sobre o tema e ajudar na compreensão sobre como as empresas reagiram economicamente no momento de crise. Ademais, traz importantes contribuições práticas, auxiliando gestores de MPEs no entendimento das principais ações em função da crise econômica e seus impactos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção serão apresentadas as características e definição de Micro e Pequenas Empresas, principais crises de saúde pública vivenciadas e seus impactos econômicos, as medidas emergenciais decretadas no momento da crise gerada pela pandemia do Coronavírus, bem como tratará sobre as dificuldades e adaptações das Micro e Pequenas Empresas nesse período.

2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O critério de classificação das Micro e Pequenas empresas não são universais, varia entre cada país e os setores que as regulam (COUTO, 2017).

No Brasil, existe a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, conhecida também como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que regulamenta o tratamento favorecido, simplificado e diferenciado a esse setor, conforme disposto na Constituição Federal (SEBRAE, 2018). De acordo com a lei, caracteriza-se como microempresa a que atinge receita bruta no ano calendário de 12 meses igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Para enquadrar-se em Empresa de Pequeno Porte, a receita deverá ser superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (TAVARES & MÁRIO, 2018).

Existe também a classificação de porte de acordo com a quantidade de funcionários, como apresenta a Tabela 1:

Tabela 1 - Definição de porte de estabelecimentos segundo o número de empregados

Porte	Comércio e Serviços	Indústria
Microempresa (ME)	Até 9 empregados	Até 19 empregados
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	De 10 a 49 empregados	De 20 a 99 empregados
Empresa de Médio Porte	De 50 a 99 empregados	De 100 a 499 empregados
Grandes Empresas	100 ou mais empregados	500 ou mais empregados

Fonte: Sebrae (2013, p. 17).

As MPE representam 30% da produção de riqueza do Brasil, de acordo com pesquisa realizada pelo Sebrae até o ano de 2017. Em 1985, o percentual era de apenas 21%, mostrando assim um crescimento do seu valor adicionado no decorrer dos anos. Possuem papel importante também na geração de empregos, sendo responsável por metade dos empregos formais no Brasil. No período de 2006 a 2019, geraram cerca de 13,5 milhões de empregos, enquanto as médias e grandes geram 1,1 milhão no mesmo período (SEBRAE, 2020).

Por trabalharem com contingência baixa e pouco espaço para demissões, em momentos de crise conseguem manter o status operacional e força de trabalho com pequena margem de demissão (SEBRAE, 2020). Dessa forma, nota-se que as MPEs possuem fundamental importância para a economia brasileira através de sua

empregabilidade e geração de renda, apesar do alto índice de mortalidade.

2.2 CRISE DE SAÚDE PÚBLICA

Não é a primeira vez que o mundo enfrenta situações de crise causada por doenças. Estudos mostram que ocorreram no mínimo 17 “grandes pandemias” e 2 “superpandemias”, sendo estas últimas a Peste Negra e a Gripe Espanhola. A Peste Negra (1331–1353) trouxe uma queda de 25% a 40% na oferta de trabalho, ocorrendo um declínio nas taxas de retorno (CLARK, 2007; 2010). Já o vírus influenza foi responsável por pelo menos 3 pandemias, com impacto econômico que afetou 0,5% do PIB mundial, sendo de aproximadamente US \$40 bilhões entre 2002 e 2020. Cerca de doze países sofreram desastres macroeconômicos baseados na queda do PIB e oito sofreram desastres similares baseados na queda do consumo (MEDICI, 2020).

Com a influenza no Brasil, foram implementadas diversas medidas de barreiras, intensificação de campanhas de vacinação e ações visando a proteção da agroindústria do país, bem como a liberação de crédito junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e demais órgãos para recomposição do capital de giro. Foram criados convênios para fortalecer as atividades econômicas das regiões que mais sofreram com a epidemia (NASSIF, 2020).

A gripe suína, também tida como uma crise de saúde, surgiu em abril de 2009 no México. Causou impactos econômicos, apesar de sua transmissão ter sido inferior ao novo coronavírus, custando cerca de 85 bilhões de reais para a economia. Em ambos os casos, o papel do governo foi fundamental nas iniciativas para diminuição dos impactos causados, buscando proteger a produtividade de maneira geral, bem como minimizar a disseminação (NASSIF, 2020).

A crise econômica causada pelo coronavírus teve grande impacto econômico no Brasil, principalmente para as Micro e Pequenas Empresas (MPE), provocando o fechamento de muitas delas. As projeções para economia brasileira em 2020 apontaram uma retração do PIB em até 4,66% de acordo com o Relatório de Mercado Focus (2020). Além disso, um levantamento realizado pelo Serasa Experian (2020) apresentou que desde março até setembro de 2020 foi decretada a falência de 418 empresas, sendo 313 MPE, correspondendo a 75% do total. Em relação a pedidos de recuperações judiciais, de março a setembro foram deferidos 780 pedidos, sendo 501 de MPE.

A pesquisa realizada pela empresa de consultoria Falconi (2020) indicou que a taxa de desemprego elevaria de 11,6% para 23,8% de 2020 para 2021, deixando 12 milhões de pessoas desempregadas no país. Adicionalmente, ocorreu o fechamento de 600 mil pequenas empresas desde o início da pandemia, 71% dos executivos envolvidos demonstraram preocupação quanto à recuperação da economia e 44% demonstraram preocupação em relação à sobrevivência do negócio.

2.3 MEDIDAS EMERGENCIAIS DECRETADAS

Com o início dos surtos de coronavírus, governos em todo o mundo adotaram ações de emergência de modo a garantir o distanciamento social para conter a propagação da doença. Entre as medidas criadas estão o distanciamento social, programas de conscientização pública, políticas de teste, quarentena e pacotes de apoio à renda, que podem resultar em retornos positivos no mercado (ASHRAF, 2020).

No Brasil, a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, apresenta as medidas que podem ser utilizadas no momento de emergência na saúde pública, para garantir um menor impacto na economia do país. A mesma possui caráter especial e transitório com vigência durante a situação emergencial. Dessa forma, optou-se como principal medida a quarentena que, de acordo com o Decreto Estadual n. 506, de 12 de março de 2020, Art. 2º, “§ 1º II - é a restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes (...) com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus” (SANTA CATARINA, 2020a).

No âmbito do estado de Santa Catarina, o Decreto n. 515, de 17 de março de 2020, Art. 2º, parágrafo II, descreve que ficam suspensas “as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, restaurantes e comércio em geral” (SANTA CATARINA, 2020b). O mesmo foi prorrogado até o dia 13 de abril de 2020.

Dentre as ações dispostas no Brasil, destacam-se a prorrogação de vencimento dos tributos federais, estaduais e municipais relativos ao Simples Nacional, bem como as obrigações principais e obrigações acessórias de outros tributos federais, como por exemplo a contribuição previdenciária (SEBRAE, 2020a).

No que se referem às medidas trabalhistas que foram autorizadas aos empregadores, estão inclusas o auxílio do governo para pagar o salário de MPE, antecipação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a facilidade ao teletrabalho, a antecipação de férias, a decretação de férias coletivas, o banco de horas, a antecipação de feriados e a suspensão do contrato de trabalho. Todas devem seguir as devidas regras estabelecidas e estarem válidas enquanto durar o estado de calamidade pública e a prorrogação dos decretos (SEBRAE, 2020a).

Em relação aos bancos, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) passou a possibilitar a prorrogação de dívidas de seus clientes de pessoas físicas e MPEs por um prazo de 60 dias, exceto por cartão de crédito e cheque especial. Além disso, ocorreu a criação de linhas de créditos a pequenas empresas para custeio da folha de pagamento dos funcionários por dois meses, porém o empregador não poderá demitir o funcionário sem justa causa no prazo de 60 dias após o pagamento da última parcela. (SEBRAE, 2020b).

De modo geral essas ações geram incerteza quanto à eficácia e ao impacto. O isolamento social, por exemplo, embora seja eficaz na redução de novas infecções, aumenta também o distanciamento econômico, prejudica empregos e geração de renda de milhões de pessoas. Entretanto, também podem provocar impacto econômico benéfico indireto por meio do canal de redução da intensidade dos surtos do novo coronavírus (ASHRAF, 2020).

2.4 DIFICULDADES E ADAPTAÇÕES EM MEIO A PANDEMIA

Durante a pandemia muitas modificações ocorreram no padrão de consumo, fazendo com que as empresas tomassem medidas para se adaptarem de forma estratégica a essas mudanças, levando em conta a importância de manter a operação mínima dos negócios. A preocupação é ainda maior quando se trata de uma economia fragilizada em um país emergente, com empresas suscetíveis às oscilações de mercado (NASSIF, 2020). De acordo com Amin (2020), a atual crise aumentou a taxa de mortalidade dos pequenos negócios. Quando essas empresas são afetadas, a economia é afetada como um todo.

A crise de saúde pública alterou o funcionamento de 31% das empresas no Brasil e interrompeu temporariamente as atividades de outras 58,9%. Uma amostra de pequenos negócios apresenta que aproximadamente 148 mil pessoas já perderam seus

empregos desde o começo do isolamento social no estado de Santa Catarina, iniciado em 18 de março de 2020 (SEBRAE, 2020a).

Dentre os segmentos que mais sofreram impacto com a pandemia se destacam a educação, turismo, economia criativa, moda e beleza. O comércio eletrônico tem sido procurado para suprir as necessidades dos consumidores, trazendo crescimento às pequenas empresas desse setor (NASSIF, 2020). Conforme pesquisa realizada com 20 setores básicos, 60% das atividades econômicas sofreram impactos econômicos negativos e 40% um possível impacto positivo com a pandemia (AVENI, 2020).

A forma de atuar dos pequenos empreendedores evoluiu. Entre as empresas que continuaram funcionando, 41,9% realizaram atendimento apenas online, 41% trabalharam com horário reduzido e 21,6% realizaram trabalho remoto. A pesquisa mostra também que antes do novo coronavírus a situação financeira de 73,4% das empresas já não estava boa (SEBRAE, 2020c).

A agressividade da expansão fiscal em combate a pandemia impele ainda mais a dívida pública, reduzindo a taxa de poupança nacional (JORDÀ, SINGH & TAYLOR, 2020). O declínio econômico causa efeito adverso à saúde, já que reduz a circulação de dinheiro, e com isso, as receitas tributárias, sendo importantes para controlar a pandemia, além de declínio da renda populacional, esgotando as reservas financeiras das empresas, e em consequência, o fechamento das portas. É difícil analisar quais serão os danos econômicos, pois não se sabe por quanto tempo perdurará as restrições estabelecidas. Pode ocorrer uma onda ou série de pandemias, podendo durar meses ou até um ano (LEMOS, ALMEIDA FILHO & FIRMO, 2020).

Apesar de vários pontos negativos, essa circunstância também pode colaborar com uma possível evolução tecnológica, ao considerar que muitas empresas passaram a aderir ao *home office* como método de continuarem com seus serviços diante a crise vivenciada. Mesmo após a pandemia, a nova modalidade tende a continuar em alguma proporção no país, já que as MPEs começaram a familiarizar-se com ela, observando diversas vantagens, como maior alcance de clientes e corte de custos com gastos cotidianos do funcionário dentro do local de serviço (CARMO, 2020).

O teletrabalho já era praticado em algumas empresas e atingiu muitos trabalhadores com a pandemia. Sua intensificação vem acompanhada de muitos

desafios, mas certamente sendo úteis para o futuro e ocupando atualmente um papel muito mais relevante do que anteriormente. Os gestores devem adaptar-se às novas rotinas e evoluir com o período vivenciado (LOSEKANN & MOURÃO, 2020).

A internet tornou-se a única alternativa para alguns negócios interagirem com os clientes. A previsão para crescimento do *e-commerce* era de dobrar em 5 anos. Entretanto, com a pandemia, o prazo de crescimento reduziu para 12 meses. Os hábitos de consumo foram alterados e tendem a continuar assim após a quarentena (STAGHERLIN, JOÃO & OLIVEIRA, 2020). Para Aveni (2020), as estratégias empresariais internas devem ser revisadas para que haja a continuidade dos negócios considerando os riscos existentes, com a criação de planos de vida, rotinas de controles e exercícios de planejamento estratégico.

Adicionalmente, a contabilidade se mostra como essencial para identificar problemas e auxiliar na definição de estratégias para resolvê-los, além de garantir maior estabilidade no meio da competitividade do mercado (MENDES, 2020). Segundo Moreira et. al. (2013), há uma complexidade na avaliação e resolução dos problemas cotidianos das empresas, principalmente nos pequenos negócios, em que a falta de informação traz maior risco perante a concorrência e inibe melhores resultados. Apesar disso, a pesquisa realizada com 146 gestores mostrou que 64,4% confiam na própria experiência para a tomada de decisão no dia a dia, enquanto 32,4% se preocupam com a obtenção de informações sobre o mercado como forma de estratégia diante a concorrência, e 22,6% utilizam os relatórios contábeis no processo decisório.

3 METODOLOGIA

Para verificar a reação das empresas das cidades de Florianópolis, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas diante da situação econômica provocada pelo novo coronavírus, a pesquisa utilizou uma abordagem quantitativa aplicando uma análise descritiva e de frequência, com resultados apresentados em gráficos e tabelas, e o emprego de coleta de dados por meio de um formulário de pesquisa (survey). Foram formuladas 31 questões com base na pesquisa realizada pelo Sebrae (2020) sobre as ações que as MPEs tomaram com o surgimento da pandemia.

Quanto à finalidade, a pesquisa é caracterizada como descritiva por expor as

dificuldades e adaptações das empresas participantes. O questionário eletrônico foi desenvolvido na ferramenta Google Forms e encaminhado para gestores de 150 empresas de uma carteira de clientes de um escritório de contabilidade, contendo empresas das cidades de: Florianópolis, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, atingindo 43 respostas no período de 29 de julho a 15 de outubro de 2020, em virtude da dificuldade de contato direto com os gestores.

As questões foram formuladas com base na pesquisa realizada pelo Sebrae (2020) que verificou o impacto econômico da Covid-19 nos pequenos negócios de Minas Gerais, sendo adaptada para atender aos objetivos da presente pesquisa, considerando os seguintes assuntos:

- I Caracterização da empresa (tipo, ramo de atividade, setor e local), para identificar se a mesma se enquadra nas características necessárias para a pesquisa;
- II. Percentual de redução do lucro e fatores determinantes, a fim de verificar o impacto da pandemia em termos financeiros da empresa, apresentando as principais causas de alteração nos valores;
- III. Suspensão das atividades e medidas decretadas adotadas, constatando se a empresa utilizou os benefícios concedidos pelo governo através dos decretos publicados, bem como se teve a necessidade de interromper a atividade por determinado período;
- IV. Serviço remoto, observando se o mesmo foi ou será utilização, bem como as dificuldades encontradas;
- V. Orientações utilizadas no momento da crise, para identificar se a empresa buscou soluções através de consultorias;
- VI. Áreas que necessitam de aperfeiçoamento com o atual cenário; e
- VII. Dificuldade em obter insumos, aumento de despesas e financiamentos, buscando compreender os principais motivos de variações financeiras das empresas.

4 RESULTADOS

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa utilizou a resposta de 43 empresas, sendo 16 Microempresas (ME)

e 27 Empresas de Pequeno Porte (EPP). Quanto aos setores de atividade, 58% são de serviço, 23% comerciais e 19% industriais. As empresas participantes correspondem a 47% da cidade de Florianópolis, 21% de São José, 7% de Águas Mornas, 23% de Santo Amaro da Imperatriz e 2% da Palhoça.

Conforme já mencionado, nas medidas emergenciais foi decretada a suspensão das atividades e dos serviços privados não essenciais até o dia 13 de abril de 2020 para garantir o isolamento social no início da pandemia.

A Tabela 2 apresenta o tempo de suspensão das atividades das empresas da pesquisa.

Tabela 2 - Tempo de suspensão das atividades

Suspensão das atividades	Quantidade
1 semana	3
2 semanas	13
3 semanas	4
1 mês	4
2 meses	3
3 meses	2
Mais de 3 meses	0
Não precisou suspender	14

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma pesquisa realizada por Garcia (2020) em João Pessoa constatou que 84,4% das MPEs analisadas precisaram fechar as portas temporariamente, com 48% delas possuindo acompanhamento contábil-gerencial. Já se tratando das empresas verificadas no presente estudo, 67,4% fecharam temporariamente, com 68,6% destas possuindo assessoria contábil.

Apesar da determinação do Decreto n. 515 de 2020, dentre as empresas participantes, 14 não suspenderam as atividades, enquanto 13 suspenderam por apenas duas semanas. Isso pode ser justificado pela flexibilidade da atividade empresarial ser realizada em outra modalidade que não a presencial.

Com a crise do novo coronavírus, 34 das empresas pesquisadas foram afetadas negativamente com redução no lucro e queda no faturamento, enquanto 4 empresas, localizadas nos municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, foram afetadas somente de forma positiva, ou seja, conseguiram se beneficiar de alguma forma com a pandemia. Dessas, três empresas são industriais e uma comercial.

Em relação aos percentuais do quanto as empresas foram afetadas com a

pandemia na redução do lucro e queda no faturamento, foram distribuídos conforme a seguir:

Tabela 3 - Redução no lucro e queda no faturamento

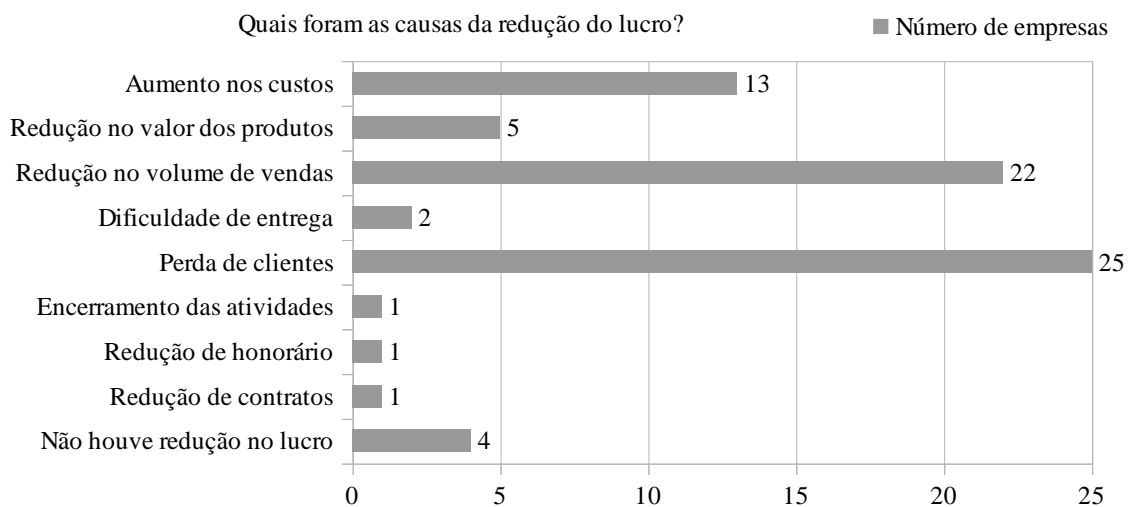
Faixa percentual	Redução no lucro	Queda no faturamento
Não foi afetada	9	6
Até 20%	10	10
21% a 40%	7	6
41% a 60%	5	1
61% a 80%	2	7
81% a 100%	10	13

Fonte: Dados da pesquisa.

A respeito da redução no lucro e queda no faturamento, 9 e 6 empresas, respectivamente, não obtiveram queda. É importante observar que 10 empresas tiveram queda entre 81% e 100% no lucro, sendo relevante para a continuidade. Dentre elas, 9 são de serviço e uma do comércio.

O motivo da redução de lucro deu-se principalmente pela perda de clientes, redução do volume de vendas e aumento dos custos, conforme informado pelos respondentes e apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Causas de redução no lucro das MPE

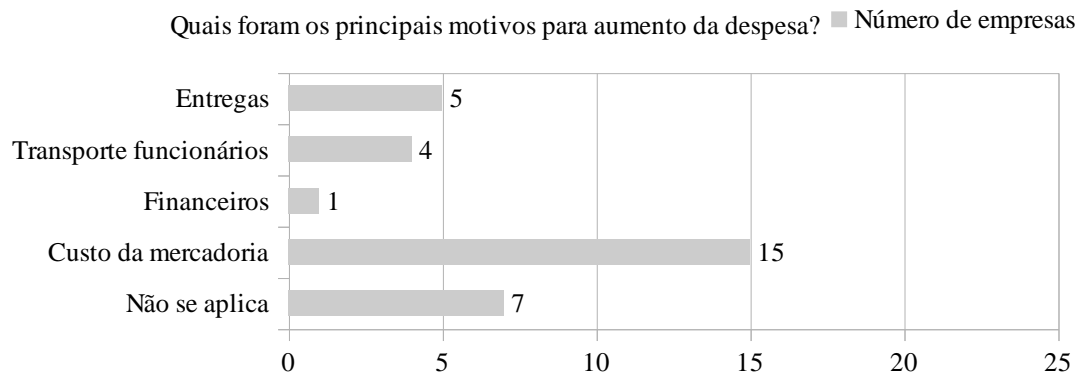


Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, na Figura 1, que 4 empresas informaram que não houve redução no lucro, enquanto 9 empresas indicaram na questão anterior, trazendo divergência entre os resultados. Subentende-se que apesar de não ter ocorrido redução, estas passaram por alguma das dificuldades explanadas.

Dentre as dificuldades enfrentadas, 15 empresas assinalaram a despesa com custo da mercadoria como principal aumento, sendo que 12 empresas contiveram média dificuldade para obter insumos, enquanto 3 possuíram muita dificuldade. Em relação às entregas de mercadorias, 5 empresas possuíram aumento da despesa e 4 com transporte dos funcionários, levando em consideração a paralisação do transporte público de acordo com Decreto publicado. A Figura 2 demonstra os motivos para o aumento das despesas ocorrido nas empresas.

Figura 2 – Aumento das despesas nas MPE



Fonte: Dados da pesquisa.

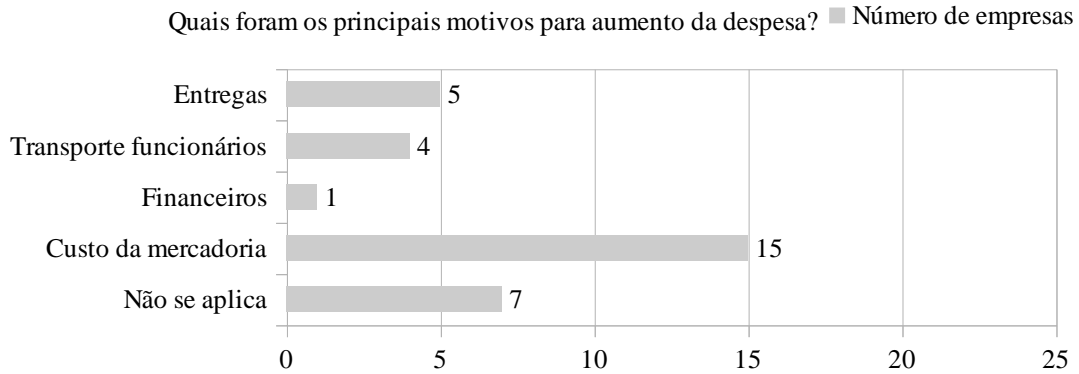
Os participantes descreveram aumentos que ocorreram e não estavam contidos nas opções disponibilizadas. Entre as opções foram destacados: perda de faturamento para honrar com compromissos financeiros, pagamento de plataforma digital para realização de cursos, despesa com pessoal, fornecedores, energia elétrica, água e esgoto, redução nas vendas, aluguel de loja e prestação de produtos comprados a prazo.

Em relação aos financiamentos, 3 empresas tiveram aumento do mesmo, possuindo dificuldade na obtenção, enquanto 29 não possuíram nenhuma dificuldade para obter.

Sobre as medidas utilizadas, a Figura 3 exhibe as respostas. Assim como destacado anteriormente, 9 empresas não utilizaram nenhuma delas. As principais, conforme as respostas foram: antecipação de férias, redução da carga horária dos

funcionários, atraso de impostos e suspensão do recolhimento do FGTS.

Figura 3 – Medidas emergenciais adotadas pelas MPE



Fonte: Dados da pesquisa.

Além destas, as empresas também optaram em grande parte por linhas de crédito (10 empresas), prorrogação do vencimento de tributos (19 empresas), desoneração da folha de pagamento (11 empresas), redução das taxas de juros (6 empresas) e prorrogação das declarações obrigatórias (5 empresas). Entre as empresas pesquisadas, 2 realizaram a suspensão de seus financiamentos.

Diante as tomadas de decisões, as empresas que utilizam o sistema de informação contábil, de acordo com Garcia (2020), tendem a ter vantagens por meio do gerenciamento apropriado das informações com relação a outras organizações. Se a informação é utilizada de forma adequada, poderá contribuir para a evolução da empresa, projetando situações que poderiam ocorrer dentro da mesma.

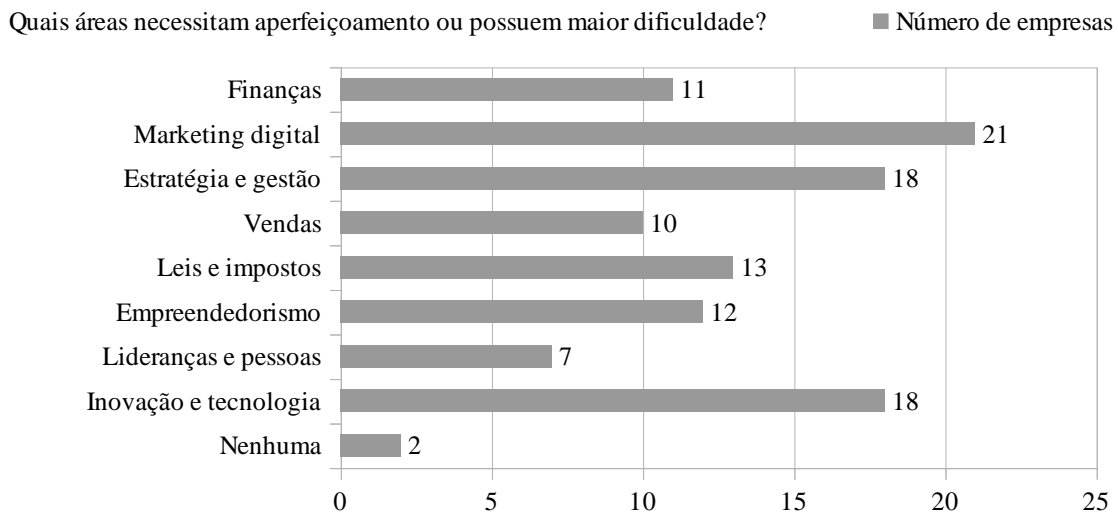
Das empresas participantes, 19 não realizaram nenhuma busca por orientação, enquanto outras 19 tiveram assessoria contábil e 9 tiveram assessoria jurídica. Apesar de muitas não terem procurado, 82% dos negócios consideraram que as orientações possuem muita importância, 9% são indiferentes e outros 9% pouca importância. Com a situação atípica, seria esperado uma busca por orientações contábeis e jurídicas por parte das empresas, principalmente pelos desafios enfrentados, para que assim possa ser identificado os problemas existentes e auxiliar nas estratégias para resolvê-los, conforme citado por Mendes (2020).

Além disso, nos pequenos negócios a falta de informação pode impelir melhores resultados, o que aumentaria o risco diante da concorrência. Conforme os resultados da pesquisa referente a importância da obtenção de informação contábil por Moreira et al. (2013), o percentual de gestores que se preocupam com a utilização das informações contábeis para desenvolver estratégias de mercado ou que utilizam os relatórios disponibilizados não chega a 50%.

Outro ponto importante a ser observado é a permanência das empresas no mercado se a pandemia persistir. De acordo com o questionário, uma empresa não conseguirá sobreviver por motivo da crise que se instalou. Na grande maioria, correspondendo a 86% das empresas analisadas, conseguirá se manter por mais de 6 meses se a pandemia perdurar e 9% conseguirão de 3 a 6 meses.

Apesar dos novos desafios, antes mesmo da pandemia ocorrer muitas empresas já possuíam dificuldade em algumas áreas no negócio. Os resultados mostram que 2 empresas não possuíam nenhuma dificuldade. A Figura 4 apresenta as áreas que foram assinaladas como aquelas que necessitam de aperfeiçoamento.

Figura 4 – Áreas com maiores dificuldades



Fonte: Dados da pesquisa

Destaca-se o marketing digital como principal ponto a ser aperfeiçoado. O mesmo seria de grande ajuda nesse momento de crise, em que as pessoas estão cada vez mais conectadas. No que concerne a visão sobre o tempo de recuperação da economia, 56% das empresas acreditam que levará entre 1 e 2 anos para que haja a recuperação, 23% acreditam que levará mais de 2 anos, 16% de 6 a 12 meses e 5% de

3 a 6 meses. Em pesquisa realizada pelo Sebrae (2020), os empresários acreditam que deve demorar em média nove meses para a recuperação econômica brasileira.

Acerca do serviço remoto após o início da pandemia, a Tabela 4 apresenta os resultados variados. Verifica-se que 35% das empresas não adotaram a modalidade remota com o início da crise, enquanto 23% utilizaram em baixo percentual, e 14% realizaram de 81% a 100% a modalidade remota, sendo elas de serviço.

Tabela 4 - Realização da modalidade remota

Percentuais	Realização da modalidade remota
Não foi realizada	15
Até 20%	10
21% a 40%	4
41% a 60%	7
61% a 80%	3
81% a 100%	6

Fonte: Dados da pesquisa.

As dificuldades para realização das atividades nessa modalidade foram definidas em uma escala de 0 a 5, sendo 0 para nenhuma dificuldade e 5 para muita dificuldade. Das empresas, 16 não tiveram dificuldades ou não utilizaram, 23 empresas tiveram dificuldade entre 2 e 4 na escala, e 4 tiveram grande dificuldade.

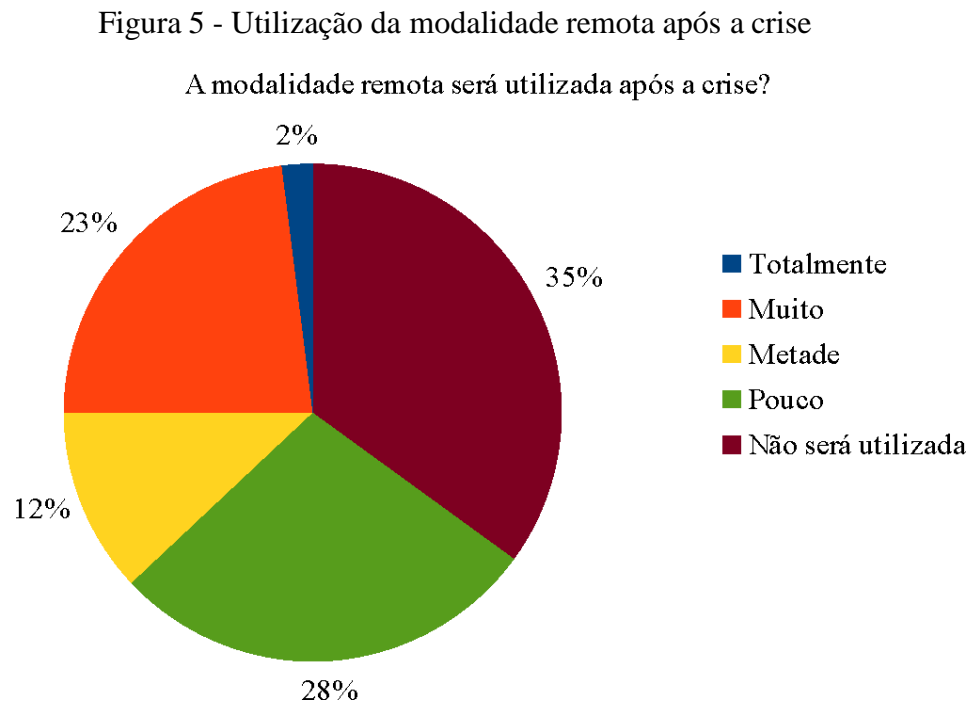
Dentre os obstáculos, o principal foi a falta de estrutura logística, seguido pela falta de sistema com tecnologia adequada e falta de conhecimento nessa modalidade. Apesar de ocorrerem dificuldades, 18 empresas não obtiveram nenhuma dificuldade.

Entre as empresas que estão utilizando a modalidade remota, 49% já possuíam esse método de serviço na empresa antes mesmo da pandemia. Referente a investimento em tecnologia para aplicação desse método, 60% não precisou gastar nenhum valor, enquanto 21% gastaram até R\$ 500,00, 12% de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 e 7% de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00.

Losekann e Mourão (2020) destacaram que algumas empresas passaram a utilizar atividade remota com maior intensificação, enfrentando também alguns desafios. Ainda, dizem que poderá haver uma adaptação dos gestores através do período vivenciado. Segundo Carmo (2020), a nova modalidade tende a continuar em

alguma proporção no país, já que as MPEs começaram a familiarizar-se com ela. E, de acordo com os resultados da pesquisa, as referências anteriores adquirem maior reforço.

Ao considerar o período pós-pandemia, 23% alegaram que pretendem continuar usando muito o serviço remoto e 2% acreditam que utilizarão totalmente. A Figura 5 mostra as respostas.



Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, nota-se que muitas empresas que antes não aderiram a essa prática, agora planejam utilizá-la no futuro da empresa. Mas, ainda sim, 35% não pretendem utilizar o serviço remoto após a crise, mesmo com o crescimento do e-commerce e com a alteração dos hábitos de consumo (STANGHERLIN et al., 2020).

4.2 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O surgimento da crise de saúde pública provocada pelo novo coronavírus afetou negativamente quase a metade das empresas da pesquisa. De fato, isso já era de se esperar, uma vez que a capacidade de sobrevivência das MPEs é menor que a das médias e grandes empresas (SANTOS, 2020). Ademais, os pequenos negócios

sofrem com alta carga tributária e dificuldades de acesso ao crédito e, muitas vezes, são administrados por pessoas que não possuem conhecimento técnico e gerencial, o que pode provocar ausência de busca pela modernização e falta de planejamento, sendo esses fatores influenciáveis no tempo de sobrevivência das empresas em momentos de crise (JACOMETE, 2018).

Ao mesmo tempo em que sofrem com a perda de clientes, redução do faturamento e elevação das despesas, as MPE tiveram auxílios governamentais ampliados. Das empresas analisadas, 9 não utilizaram nenhuma medida disponibilizada pelo governo, enquanto as demais utilizaram diversas das medidas como forma de ajudar na continuidade das atividades. Cabe destacar que as ações emergenciais de governos de todo o mundo podem acarretar retornos positivos para o mercado, apesar de serem incertas quanto à real eficácia e impacto (ASHIRAF, 2020).

Apesar da repentina pandemia, esperava-se uma busca maior por orientações contábeis e jurídicas por parte das MPEs, para que melhor e mais tempestivamente fossem adotadas estratégias para melhoria e preservação da saúde financeira, bem como sobrevivência das empresas (MENDES, 2020). Ademais, nos pequenos negócios a falta de informação pode impelir melhores resultados, o que pode aumentar o risco diante da concorrência.

As empresas necessitaram tomar medidas para se adequarem diante as mudanças ocorridas e manterem as operações no negócio (NASSIF, 2020; LOSEKANN, 2020; MOURÃO, 2020; AVENI, 2020). O funcionamento de muitas empresas foi alterado, inclusive com o rompimento temporário das atividades, causando também muito desemprego (SEBRAE, 2020a). Pesquisas mostram que muitas empresas adotaram o trabalho remoto (SEBRAE, 2020b), tendendo a continuar em alguma proporção no país (CARMO 2020). Entretanto, os resultados mostram que grande parte das empresas não precisaram suspender as atividades, ou suspenderam apenas por um curto período de tempo. Se tratando da modalidade remota de trabalho, poucas aderiram ao mesmo. Entretanto, grande parte pretende implementar esta modalidade futuramente.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo verificar as dificuldades econômicas enfrentadas pelas Micro e Pequenas Empresas da Região Metropolitana de

Florianópolis à situação provocada pelo novo coronavírus. Dado o exposto, salientou-se que as MPEs são parte fundamental da economia do Brasil. Conforme resultado da pesquisa, as empresas foram afetadas de maneira geral com redução no lucro e queda no faturamento, já sendo as principais consequências negativas que os empresários de esperavam segundo o IBGE (2020).

Como forma de reagir aos impactos, as medidas emergenciais disponibilizadas pelo governo foram bastante utilizadas pelas empresas participantes da pesquisa, principalmente se tratando da antecipação de férias, redução da carga horária dos funcionários, atraso de impostos e suspensão do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A assessoria contábil possui importância para a tomada de decisão estratégica das empresas, principalmente no momento de crise vivenciado. Entretanto, mostrou-se pouco utilizada pelas MPEs da pesquisa. Poderia ser de grande ajuda para evitar a queda de lucro, bem como no aperfeiçoamento das áreas de gestão e estratégia e de leis e imposto, que foram destacadas com necessidade de melhoria por parte das empresas.

Com relação ao serviço remoto, estudos anteriores já demonstravam que poderia haver um aumento da utilização do mesmo no futuro devido à necessidade causada pela crise (STANGHERLIN et al., 2020; LOSEKANN, 2020; MOURÃO, 2020; CARMO, 2020). Os resultados da pesquisa foram condizentes com essa tendência, já que 65% das empresas afirmaram continuar com utilizando essa modalidade. A evolução tecnológica advinda do *home office* pode ser importante no desenvolvimento dessas empresas, podendo colaborar com seu crescimento de mercado. Sendo assim, quanto antes as empresas se adaptarem a essa nova modalidade, maiores poderão ser suas chances de redução de custos e aumento de vantagens do mercado virtual ante a concorrência.

Para realização do presente estudo, houve limitações quanto à quantidade de coletade dados com o envio do questionário, por terem sido encaminhados de forma online, não possibilitando um maior contato com os gestores a fim de conseguir mais informações em relação à empresa, bem como transmitir confiança para alcançar uma quantidade maior de respondentes. Outra limitação encontrada foi a escassez de estudos referentes ao tema abordado sobre os efeitos da pandemia nas empresas, por se tratar de um tema novo e ainda pouco conhecido.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a verificação de como as empresas de outras regiões reagiram à pandemia do novo coronavírus, buscar por quantidades maiores de respostas, bem como analisar com o passar do tempo a recuperação das mesmas e da economia de maneira geral.

REFERÊNCIAS

- AMIN, V. Pesquisadores estudam os impactos da crise atual nos pequenos negócios. **Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, 2020. Disponível em: <<https://www.ufms.br/pesquisadores-estudam-impactos-da-crise-provocada-pela-covid-19-em-pequenos-negocios/>>. Acesso em 15 ago. 2021.
- ASHRAF, B. N. Economic impact of government intervention during the COVID-19 pandemic: Internacional evidence from financial markets. **Journal Of Behavioral And Experimental Finance**, n. 27, p. 1-9, 2020. Disponível em: <doi.org/10.1016/j.jbef.2020.100371>. Acesso em 02 fev. 2021.
- AVENI, A. Estratégias Atuais e Futuras Para Empresas e Profissionais na Economia da COVID-19. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, 2020, 2(3), 1-19. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/194/213>>. Acesso em: 28dez. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL, Bacen. **Focus - Relatório de Mercado**, 2020. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20201120.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- BRASIL. Medida Provisória nº 958, de 24 de Abril de 2020. Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19), 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv958.htm>. Acesso em: 03 ago. 2020.
- BRASIL. (2020b). *Decreto n. 10.470, de 24 de Agosto de 2020*. Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-

2022/2020/decreto/D10470.htm>. Acesso em: 03 ago. 2020.

CARMO, K. (2020). **A vez do home office**. *Administrador Profissional*, 43(393), 20-27.

COELHO, Marco Aurélio Ferreira. PANDEMIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS: A CRISE SOB ENFOQUE DO MICRO E PEQUENO EMPRESÁRIO. **Revista Brasileira de Direito Empresarial**, Florianópolis, v. 7, p. 1-19, jul. 2021. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/direitoempresarial/article/view/7646>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FALCONI. (2020). Efeitos, ações e perspectivas das Microempresas no cenário COVID-19. 27 Slides.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. (2020). Florianópolis. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

JACOMETE, B. O. O papel das micro e pequenas empresas na economia brasileira. 46 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Centro Universitário Municipal de Franca, Franca, 2018. Acesso em: 03 nov. 2020.

JORDÀ, Ò., SINGH, S. R., TAYLOR, A. M. Longer-run economic consequences of pandemics. **National Bureau Of Economic Research**, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/working_papers/w26934/w26934.pdf>. Acesso em: 13 de dez. 2020.

LOSEKANN, R. G. C. B., & Mourão, H. C. Desafios do teletrabalho na pandemia COVID- 19: quando o home vira office. **Caderno de Administração**, 28, p. 71-75, 2020. Disponível em: <doi.org/10.4025/cadadm.v28iEdição E.53637>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MEDICI, A. C. Efeitos das pandemias na economia: da gripe espanhola ao Covid-19. Sincogava, 2020. Disponível em: <https://www.sincovaga.com.br/efeitos-das-pandemias-na-economia-da-gripe-espanhola-ao-covid-19/#_ftn5>. Acesso em: 02 fev. 2021

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sobre a doença, 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#como-se-proteger>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MENDES, S. D. A importância da contabilidade como instrumento de gestão nas empresas: uma análise dos impactos do coronavírus nas micro e pequenas empresas da cidade de João Pessoa/PB. 41 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18006/4/SDM08092020.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2020.

MOREIRA, R. L., Encarnação, L. V., Bispo, O. N. A., Angotti, M., & Colauto, R. D. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 2013, 10(19), 119-140. Disponível em: <doi.org/10.5007/2175-8069.2013v10n19p119>. Acesso em: 07 jul. 2020.

NASSIF, V. M. J., Corrêa, V. C., & Rossetto, D. E. Estão os empreendedores e as pequenas empresas preparadas para as adversidades contextuais? Uma reflexão à luz da pandemia do COVID-19. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, 2020, 9(2), 1-12. Disponível em: <doi.org/10.14211/regepe.v9i2.1880>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS - PMF. (2020). A cidade. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?cms=a+cidade&menu=5&submenuid=571>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

SALOMÉ, Fernanda Franciele Sousa *et al.* O impacto da pandemia do COVID-19 na

gestão financeira das micro e pequenas empresas do setor varejista de Cláudio-MG. **Research, Society And Development**, [s. l], v. 10, n. 6, p. 1-16, 02 jun. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15303/14203>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SANTA CATARINA. Decreto N° 515, de 17 de março de 2020, 2020b. Disponível em: <https://www.coronavirus.sc.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto_515_17_03_20.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

SANTOS, J. A. A. Pandemia de coronavírus – dever de proteção e fomento das ME e EPP por intermediadas contratações públicas, *Zênite*, 2020, 1-11. Disponível em: <https://www.zenite.blog.br/wp-content/uploads/2020/05/Pandemia_ME-EPP_FomentoProte%C3%A7%C3%A3o_Jos%C3%A9AnacletoAbduchSantos.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

SERASA EXPERIAN. Indicadores Econômicos, 2020. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/amplie-seus-conhecimentos/indicadores-economicos>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Conheça as medidas do governo para diminuir os impactos do coronavírus. 2020. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-as-medidas-do-governo-para-diminuir-o-impacto-do-coronavirus,eec7013d92e01710VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Medidas oficiais para enfrentamento do COVID-19, 2020. Disponível em: <<https://respostas.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/04/medidas-oficiais-x-covid-19-7.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios, 2020c. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da>>

pandemia-de- coronavirus-nos-pequenos
negocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 02 out.
2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS –
SEBRAE. (2020d). COVID-10 e o impacto econômico nos pequenos negócios de
Minas Gerais. Slides.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS –
SEBRAE. Pequenos negócios em números, 2018. Disponível em:
<<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 03 mar.
2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS –
SEBRAE. Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, 2018.
Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/lei-geral-completa-10-anos-e-beneficia-milhoes-de-empresas,baebd455e8d08410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 12 out.
2021.

SILVA, Caroline Flores. **DIFICULDADES DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DURANTE A PANDEMIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO
PONTO DE VISTA DOS EMPRESÁRIOS**. 2021. 40 f. Tese (Doutorado) - Curso
de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.
Disponível em:
<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/4731/1/CarolineFloresSilva.pdf>.
Acesso em: 24 fev. 2022.